**NOTIFICAÇÃO**

**LICITANTES E EVENTUAIS INTERESSADAS, ADQUIRENTES DO PRESENTE EDITAL DISPONIBILIZADO VIA “INTERNET”**

**FICAM EXPRESSAMENTE NOTIFICADAS DE QUE NA HIPÓTESE DE SE VERIFICAR QUALQUER DIVERGÊNCIA ENTRE OS TERMOS DESTE EDITAL, OBTIDO VIA PROCESSO INFORMATIZADO, E OS DAQUELE CONSTANTE FISICAMENTE DO RESPECTIVO­ PROCESSO, RELATIVO A LICITAÇÃO, OS DESTE ÚLTIMO DEVERÃO PREVALECER, FICANDO A PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, DESDE LOGO, ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE DECORRENTE OU DE QUALQUER OUTRA FORMA RELACIONADA COM TAIS DIVERGÊNCIAS**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023**

**REPARTIÇÃO INTERESSADA: EDUCAÇÃO / INFRAESTRUTURA**

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**REGIME DE EXECUÇÃO: A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ FEITA SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

**FUNDAMENTO: LEI FEDERAL N.º 8.666/93, ATUALIZADA; LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 147/2014; PORTARIA MUNICIPAL N.º 1.454/2021; LEI MUNICIPAL N.º 021/1997; LEI MUNICIPAL N.º 261/2014 E DECRETO MUNICIPAL N.º 1.130/2019 E DEMAIS DIPLOMAS LEGAIS APLICÁVEIS.**

**ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ O DIA 07/06/2023
HORÁRIO: ATÉ ÀS 14H00**

**LOCAL: RUA RIO DE JANEIRO Nº 930 - BELA VISTA – SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP**

**ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 07/06/2023**

**HORÁRIO: ÀS 14H15**

**RESERVA ORÇAMENTÁRIA:**

**02.03.05 CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**12.306.0008.1104.0000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / USINA**

**4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES**

**FONTE DE RECURSO: 09513**

De acordo com a autorização do Senhor Prefeito da Prefeitura de São Joaquim da Barra, exarada nos autos doprocesso administrativo epigrafado*,* faço público, para conhecimento de interessados, que se encontra aberto nesta Prefeitura afixado no átrio do Paço Municipal no endereço infra citado e na página da Internet ***www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios***, o procedimento licitatório desenvolvido sob a modalidade epigrafada, regido pelas seguintes cláusulas e condições, às quais todos os licitantes ficam sujeitos:

**Das Condições**

**Cláusula Primeira: Do Objeto**

1.1. O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA E COM REGISTRO NO (CREA/CAU) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA PILOTO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, SITUADA A RUA MARANHÃO, N° 2064 – BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DIREÇÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO DE TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E AS DEMAIS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

**Cláusula Segunda: Da Vigência Do Contrato**

2.1 O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Cláusula Terceira: Dos Anexos do Edital**

3.1 Seguem anexos ao Edital, como partes integrante do mesmo:

3.1.1 Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais Especificações (Anexo I).

3.1.2 Minuta de Contrato (Anexo II).

3.1.3 Modelo de Carta de Apresentação (Anexo III).

3.1.4 Formulário Oficial de Proposta de Preços (Anexo IV).

3.1.5 Recibo de Retirada de Edital (Anexo V).

3.1.6 Declaração de Vistoria e Comparecimento (Anexo VI).

3.1.7 Declaração de Enquadramento na Lei Complementar N.º 123/2006 (Anexo VII).

3.1.8 Declaração de Compromisso de Aquisição de Produtos e Subprodutos e Madeira de Pessoa Jurídica Devidamente Cadastrada no CADMADEIRA (Anexo VIII).

3.1.9 Declaração de Inexistência de Parentesco (Anexo IX).

**Cláusula Quarta: Do Representante Legal da Empresa**

4.1 Se a empresa licitante enviar representante para a sessão de abertura dos envelopes, o mesmo deverá estar munido de ***"Carta de Apresentação”* (Anexo III)ou *“Procuração”,*** onde conste a sua indicação como representante da empresa, bem como a sua qualificação completa, conferindo ao mesmo ilimitados poderes para assinar quaisquer documentos relacionados com a licitação, inclusive termos de desistência de recursos.

4.1.1 tratando-se de **representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.2 tratando-se de **procurador**, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes conforme descrito no item **4.1**, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item "4.1.1", que comprove os poderes do mandante para a outorga.**

4.1.3 A ***“Carta de Apresentação”* ou *“Procuração”,*** deverá ser apresentada **separadamente** dos demais envelopes, junto com o **CREDENCIAMENTO**.

4.1.4 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.1.5 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.1.6 **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a firma deverá apresentar, JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO, Certidão da Junta Comercial Estadual de que é ME ou EPP, ou declaração sob penas da lei, de que usufrui do benefício da “Lei Complementar n.º 123/2006” - Declaração de Enquadramento (modelo anexo VII).**

**Cláusula Quinta: Das Condições de Participação na Licitação** **e do Recebimento dos Envelopes "Documentos de Habilitação" e "Proposta Comercial"**

5.1 Poderão participar desta licitação empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital;

5.1.2 Será também aceita a participação dos licitantes que:

a) Estiverem previamente cadastradas junto à Prefeitura de São Joaquim da Barra, ou;

b) Estiverem cadastrados em outro órgão da Administração Pública; ou

c) Atenderem todas as condições exigidas para o cadastramento, contidas nos documentos enumerados nos artigos 27, 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, apresentando para a Comissão Municipal de Licitação, **até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, observada a necessária qualificação – artigo 22 § 2º.**

c1) Os documentos para cadastramento constantes no item “c” deverão ser protocolados no Departamento Municipal de Licitação localizado na Rua Mato Grosso, n.º 1087, Bela Vista, São Joaquim da Barra/SP, e dirigidos à Comissão Municipal de Licitação, seguindo os prazos especificados no item “c”.

**5.2 Não será permitida a participação de empresas:**

1. Estrangeiras que não funcionam no País;
2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
3. Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02 e da Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do **artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;**
6. **Impedidas de licitar e/ou contratar nos termos do art. 54 da Lei Municipal n.º 021/97, 24 de abril de 1997**.

5.3 **Até às 14h00 do dia 07/06/2023,** as empresas interessadas em participar do presente certame licitatório deverão entregar e protocolar **dois envelopes devidamente identificados como “Envelope n.º 01 - Documentos de Habilitação” e “Envelope n.º 02 - Proposta Comercial”, inviolados**, aos Membros da Comissão Municipal de Licitação na Sala de Reuniões, situada a Rua Rio de Janeiro nº 930 - Bela Vista, São Joaquim da Barra - SP, CEP: 14600-000, os quais serão abertos na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal no mesmo endereço.

5.3.1 Os **Envelopes n.º 01 e n.º 02** constantes do item 5.3, deverão ser apresentados à Comissão Municipal de Licitação, **até o horário limite imposto pelo Edital.**

5.3.2 Os **Envelopes n.º 01 e n.º 02** serão protocolados pela Comissão Municipal de Licitação e estes **não serão aceitos** fora do horário estipulado no Edital, **sob nenhuma hipótese**, não se aceitando justicativas de atraso na entrega dos mesmos devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

5.4 Além da identificação de seu conteúdo, os envelopes deverão ser também identificados com a razão social da empresa proponente, **o** **número do Processo Administrativo e à Tomada de Preços a que se refere.**

**Cláusula Sexta: Da Habilitação**

6.1 A empresa deverá, no **Envelope n.º 01 (Documentos para Habilitação)** juntar, **sob pena de inabilitação,** a seguinte documentação:

6.1.1 **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária); ou

6.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresaria, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

6.1.3 **Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou

6.1.4Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Observação:** Caso a empresa apresente os itens **“6.1.1; 6.1.2; 6.1.3 e 6.1.4”,** junto ao credenciamento, não será necessário a apresentação do mesmo no envelope de habilitação.

6.1.5 O Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela Prefeitura de São Joaquim da Barra **ou** por outro órgão da Administração Pública para fins de habilitação, **com prazo de vigência apto na data designada para abertura dos envelopes, e a apresentação dos seguintes documentos e certidões atualizadas:**

6.1.6 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.7 Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Municipal**, relativa à sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

6.1.8 Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma da lei, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

6.1.9 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.

6.1.10 Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

6.1.11 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**Observação:**

**A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória a apresentação durante a fase de habilitação dos documentos exigidos neste subitem, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura de São Joaquim da Barra, para a regularização da documentação, com emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.**

6.1.12 Certidão negativa de falência e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.1.13 Certidão negativa de **recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.1.14 **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Declarar está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda,** declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

6.1.15 **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** Declarar está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

6.1.16 Declaração da empresa, constando que todas as informações documentais e técnicas oferecidas são verdadeiras.

6.1.17 Declaração da empresa, constando que recebeu todas as informações necessárias para participar do certame e concorda com os termos do Edital.

6.1.18 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz).

6.1.19 Declaração expressa de inexistência de fato impeditivo de habilitação, sob as penalidades legais (artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98).

6.1.20 Declaração de compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 2º do Decreto Municipal n.º1130 de 10/04/2019, a obrigação de que sua aquisição será de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA.

6.1.21 **Qualificação Técnica /Operacional:**

1. Atestado de visita ao local da obra,visita esta que deverá ser executada por representante da empresa, credenciado, deverá visitar os locais das obras para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo das obras, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão realizadas as obras e os serviços. Não poderá a licitante alegar, posteriormente, a insuficiência de dados e/ou informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do contrato. **A VISTORIA É OBRIGATÓRIA e deverá ser realizada até o último dia útil que anteceder à data designada para a sessão pública de processamento do presente certame, e deverá ser agendada previamente em horário de expediente, junto ao Departamento Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, localizada à Praça Prof. Ivo Vannuchi, S/N – Bela Vista, CEP: 14.600-000 – São Joaquim da Barra /SP, telefones (16) 3810-9032 // 3810-9033. Será fornecido “Atestado de Vistoria Técnica e Comparecimento” (Anexo VI) que comporá os Documentos de Habilitação**
2. Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome do licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação.
3. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, necessariamente em nome do licitante e indicar (em):

c.1) Comprovação mínima de 200 m² em execução de obra semelhante;

A comprovação a que se refere a **alínea “c”** poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser o licitante.

*“TCE-SP - SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”*

* + 1. **Qualificação Técnica /Profissional:**
1. Atestado(s) de capacidade técnico-profissional, emitido(s) em nome do(s) profissional (is) da licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando experiência anterior em serviços com características semelhantes ao objeto licitado, mediante apresentação do CAT (Certidão de Acervo Técnico). Na análise do(s) atestado(s) apresentado(s) serão **considerados os serviços de maior relevância:**

a.1) Execução de obra semelhante;

*“TCE-SP - SÚMULA Nº 23 - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.”*

1. O(s) profissional(is) poderá comprovar o seu vinculo profissional com a empresa mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, (O profissional deverá ter nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente), sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços. (Súmula 25 do TCE/SP).
2. O profissional indicado para fins da comprovação técnica, deverá participar da execução, fiscalização e entrega da obra, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura, referente ao objeto licitado.

6.2 Todas as certidões deverão estar com seu **prazo de validade apto** na data designada para abertura dos envelopes**,** sendo que poderá, a critério da Comisão Municipal de Licitação, ser confirmada na Internet a validade e autenticidade das mesmas.

6.3 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes, expedidas sem prazo de validade, serão consideradas válidas desde que expedidas no máximo a 90 (noventa) dias, inclusive, anteriores à data designada para entrega dos envelopes.

6.4 Os documentos de habilitação exigidos poderão ser apresentados mediante qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor integrante da Comissão Municipal de Licitações ou por servidor do Setor de Licitação, mediante a apresentação do documento original antes do horário designado para entrega dos envelopes.

**Cláusula Sétima: Da Proposta, dos Preços e da Forma de Cotação**

7.1 **A Proposta Comercial (Envelope n.º 02)** poderá ser apresentada no próprio Formulário Modelo de Proposta de Preços (Anexo IV), ou em outro formulário, **desde que devidamente preenchido e em estrita observância do referido Formulário Modelo.** A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa proponente e, sem quaisquer emendas ou entrelinhas, de acordo com os critérios básicos estabelecidos neste Edital, contendo:

**OBSERVAÇÃO:**

**A PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO IV) DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO CONTENDO TODOS OS VALORES DE FORMA CLARA E DETALHADA, NOS MOLDES DISPONIBILIZADOS PELA PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (ANEXO I).**

7.1.1 Razão social da empresa proponente, endereço completo, número do telefone e do fax, CNPJ/MF, Inscrição Estadual e E-mail.

7.1.2 Nome do banco, número da conta corrente da empresa proponente, agência e cidade.

7.1.3 Nome do representante legal, RG e CPF.

7.1.4 Cotação de preços em reais, em duas colunas - “**Preço Unitário e Preço Total”.**

7.1.5 Na proposta apresentada consideram-se incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória execução da obra objetivada neste Edital, inclusive as despesas com materiais e equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, canteiro de obras, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, despesas com ligações de água, esgoto e energia elétrica enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa da obra e serviços complementares, conforme projetos e especificações constantes deste Edital, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

7.1.6Declaração de que os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

7.1.7 Declaração expressa de que se obriga e se compromete a executar eventuais serviços da obra não constantes deste Edital e seus anexos, mas inerentes à natureza dos serviços contratados, bem como às supressões resultantes de acordo, celebrado entre a licitante e a Administração, nos termos do disposto no parágrafo 3º, artigo 65 da Lei Federal n.º. 8666/93 e suas alterações.

7.1.8 Declaração expressa que se obriga e se compromete caso seja vencedora, a dar pela obra prazo de **Garantia de 05 (cinco) anos**, contado do recebimento definitivo da mesma pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

7.2 **Prazo de Validade da Proposta:**

7.2.1 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por **60 (sessenta)** dias, contados da data de sua efetiva entrega, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá em mantê-la, em sua integralidade, fato este aceito pela simples participação no certame.

7.3 **Prazo de Execução:**

7.3.1 **A OBRA deverá ser concluída, seguindo os prazos constantes no Cronograma Físico-Financeiro constante no Anexo I do Edital. A contagem dos prazos para execução dos serviços dar-se-á a partir**  da emissão da Ordem de Serviço efetuada pela **Prefeitura de São Joaquim da Barra**, que será realizada após assinatura do Contrato, sendo que a omissão da forma e/ou prazo de execução de forma distinta neste Edital, implicará na **desclassificação** da empresa.

7.4 As propostas deverão ser assinadas, **sob pena de** **desclassificação**, podendo, caso a empresa se faça representar no ato da abertura, ser suprida esta falha colhendo-se a assinatura de seu representante, o que obriga em todos os seus termos a empresa proponente.

7.5 **A não apresentação de todos os documentos solicitados neste item, devidamente preenchidos, ou sua apresentação com emendas ou rasuras, implicará na desclassificação da proponente.**

**Cláusula Oitava: Da Fiscalização e da Responsabilidade Civil**

8.1 Após a assinatura do Contrato e antes do início da obra, será realizada uma reunião com a **CONTRATADA** e a Prefeitura, para discussão e esclarecimentos do projeto, bem como definição dos moldes construtivos e de fiscalização, sendo elaborado o “Diário de Obra”, onde será feito o registro diário do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações pertinentes, que deverão ser protocolados na Prefeitura todo dia seguinte à execução do serviço.

8.1.1 A **CONTRATADA** deverá recolher a A.R.T. – Anotação de Responsabilidade Técnica referente à obra, nos termos do art. 1º da Lei Federal N.º 6496/77.

8.2 A fiscalização da obra será realizada pela Prefeitura, que manterá o acompanhamento da obra de forma permanente ou esporádica, dependendo da etapa construtiva, sendo que essa fiscalização não exime a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade pela obra.

8.3 O profissional indicado pela **CONTRATADA** deverá ser engenheiro, com comprovação perante a entidade competente, e deverá participar da execução, fiscalização e acompanhamento da obra.

8.4 O acompanhamento da obra pelo profissional da empresa será registrado no Díario da Obra, o qual será fiscalizado pela Prefeitura.

8.5 A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto à Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos conseqüentes da inobservância das leis ou prática de ato considerado ilícito.

8.6 A **Prefeitura** se reserva do direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a **CONTRATADA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora.

8.7 **A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas decorrentes de eventuais danos causados por acidentes de qualquer natureza, aos veículos e/ou bens da Contratante e/ou de terceiros, bem como danos pessoais à e ou terceiros.**

8.8 A **CONTRATADA** deverá no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato, providenciar cadastro de Inscrição CEI da obra na agência da RECEITA FEDERAL de São Joaquim da Barra, como condição para liberação do pagamento dos serviços e este cadastro deve ser fiscalizado e acompanhado pelo Gestor do Contrato.

8.9 O recebimento pela **Prefeitura**, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

8.10 Fica responsável pela fiscalização das obras do Contrato, a Senhora Marcela Bezerra de Castro, Assessora do Departamento Municipal de Infraestrutura – CPF/MF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

**Cláusula Nona: Da Forma De Pagamento e Atualização Monetária**

9.1 A Prefeitura de São Joaquim da Barra efetuará pagamento, **seguindo os prazos constante no Cronograma Físico-Financeiro,** após a apresentação/aprovação da medição e em conformidade com o disposto abaixo:

9.1.1 As medições deverão ser apresentadas, **seguindo os prazos constante no Cronograma Físico-Financeiro**, e abrangerá o que foi executado no período anterior.

9.1.2 Constará na planilha, a medição físico-financeira dos serviços executados no período, porém os pagamentos **não estarão vinculados ao valor financeiro das medições e sim ao disposto no item 9.1, razão pela qual o licitante não poderá medir serviços que importem em valor inferior ao da parcela constante no cronograma.**

9.1.3 Para a realização do pagamento, é indispensável a apresentação do comprovante de regularidade junto ao INSS relativo aos empregados que executaram o serviço medido.

9.2 A **CONTRATADA** deverá endereçar a medição à **Prefeitura** e protocolá-la, junto ao Departamento Municipal de Infraestrutura, sito à Praça Professor Ivo Vannuchi, s/n, Alto da Bela Vista, São Joaquim da Barra/SP, CEP: 14600-000.

9.3 A **Prefeitura** analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a **CONTRATADA** a emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços aprovados.

9.4 A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetuados e aprovados e, encaminhá-la para aceite no Departamento Municipal de Infraestrutura, após à Divisão Financeira da Prefeitura de São Joaquim da Barra.

9.4.1 **A empresa vencedora deverá obrigatoriamente emitir NF-E – nota fiscal eletrônica, para contratação com administração pública municipal, conforme dispõe as portarias cat 162/2008, cat 173/2009 e cat 184/2010.**

9.5 **A Prefeitura de São Joaquim da Barra efetuará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura apresentada, em 10 (dez) dias após o protocolamento da mesma, nos termos previstos nesta cláusula.**

9.6 **Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar seguintes comprovantes:**

**a) Prova do recolhimento mensal do FGTS**, por meio das **guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP**, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (**CONTRATANTE**), da seguinte forma:

**a.1)** Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela **Conectividade Social**;

**a.2) Guia de Recolhimento do FGTS - GRF**, gerada e impressa pelo **SEFIP**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

**a.3) Relação dos Trabalhadores** Constantes do Arquivo SEFIP - RE;

**a.4) Relação de Tomadores/Serviços/Obras** – RET;

**a.5)** Caso, por ocasião da **apresentação da nota fiscal/fatura**, **não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior**, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

**b)** Prova de recolhimento do **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN,** devido no Município no qual a prestação do serviço for realizada, em consonância com as disposições contidas na **Lei Complementar n.º 116, de 31.07.03**.

**c) Cópia da folha de pagamento** específica para os serviços realizados sob este contrato, identificando o número do contrato, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

**c.1)** Nomes dos segurados;

**c.2)** Cargo ou função;

**c.3)** Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;

**c.4)** Descontos legais;

**c.5)** Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;

**c.6)** Totalização por rubrica e geral;

**c.7)** Resumo geral consolidado da folha de pagamento.

**d) Demonstrativo mensal** assinado por seu representante legal, com as seguintes informações:

**d.1)** Nome e CNPJ do **CONTRATANTE**;

**d.2)** Data de emissão do documento de cobrança;

**d.3)** Número do documento de cobrança;

**d.4)** Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança;

**d.5)** Totalização dos valores e sua consolidação.

**e) Comprovantes de pagamento dos salários concernentes ao período que a prestação dos serviços** se refere com a apresentação de um dos seguintes documentos:

**e.1) Comprovante de depósito** em conta bancária do empregado; ou

**e.2) Comprovante de pagamento** a cada empregado ou recibo de cada um deles, contendo a identificação da empresa, a importância paga, os descontos efetuados, mês de referência, data de pagamento/recebimento e assinatura do funcionário.

9.6.1 Havendo retenção, a **CONTRATADA** deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento a **Prefeitura**, para fins de devolução da quantia retida.

9.6.2Se a **CONTRATADA** não apresentar os comprovantes referidos nos itens 9.1.3 e 9.6 no prazo fixado, a **Prefeitura** poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

9.6.2.1 Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados.

9.6.2.2 Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da **CONTRATADA.**

9.7 Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade quanto a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas.

9.8 A falta de apresentação dos documentos atualizados, mencionados no item 9.7, implicará na suspensão do(s) pagamento(s) até a devida regularização dos mesmos por parte da **CONTRATADA.**

9.9 Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, nos termos do previsto no item 9.8.

9.10. No caso de emprego dos produtos e subprodutos de madeira listada no artigo 2º, incisos I e II, do Decreto Municipal n.º 1130/2019 de 10/04/2019, a autorização do pagamento referente ao objeto da contratação da licitação será condicionada à apresentação, análise e aprovação de documentos comprobatórios de origem de produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, adquiridos para serem empregados nas obras.

9.11 Inexiste a hipótese de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal N.º 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o Artigo 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Cláusula Décima: Da Abertura Dos Envelopes**

* 1. **Os envelopes serão abertos no dia 07/06/2023 às 14h15.** Estando presentes e representadas todas as empresas proponentes, efetuado o julgamento e habilitação, as mesmas sairão notificadas, iniciando-se o prazo para interposição de eventuais recursos. Havendo desistência expressa da interposição de recursos por parte de todas as empresas proponentes, efetua-se a abertura dos envelopes da proposta comercial.

**IMPORTANTE: NA DATA E HORA SUPRA, SERÁ ABERTA A SESSÃO REFERENTE À LICITAÇÃO EM TELA, CASO O REFERIDO CERTAME NÃO TENHA SEU TÉRMINO ATÉ O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL (18H00), OU POR QUAISQUER OUTROS MOTIVOS O DIA FOR ALTERADO, A LICITAÇÃO SERÁ SUSPENSA E PROSSEGUIRÁ EM DATA E HORÁRIO A SEREM DEFINIDOS PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO.**

10.2 Não sendo possível o julgamento da habilitação ou das propostas, ou não estando presentes todas as empresas proponentes, o resultado do julgamento efetuar-se-á através de publicação na Imprensa

 Oficial ou serão disponibilizados na página da Internet ***www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios***.

10.3 **Quanto ao critério de julgamento, a(s) proposta(s) será(ão) julgada(s) nos termos do artigo 45, § 1º, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações, sendo considerado(s) vencedor(es) o(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) proposta(s) classificada(s) mais vantajosa(s) para a Administração, devendo esta(s) estar(em) de acordo com as especificações do Edital e ofertar(em) o(s) menor(es) preço(s).**

10.4 No caso de igualdade de condições entre duas ou mais propostas, observar-se-á, como condição para desempate, o previsto no § 2º do artigo 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações. Persistindo o empate ou não sendo possível a utilização daqueles critérios previstos na lei, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados através de publicação na Imprensa Oficial ou através da página da Internet ***www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios***.

**Cláusula Décima Primeira: Do Contrato**

11.1 A empresa adjudicatária deverá assinar com a Prefeitura de São Joaquim da Barra, o respectivo Contrato, cuja minuta segue inclusa a este Edital **(Anexo II)**, no prazo de 03 (três) dias úteis após a convocação a ser efetuada pela Prefeitura.

11.2 A empresa adjudicatária com registro na entidade profissional competente de outros estados da federação devem apresentar visto da entidade profissional competente do Estado de São Paulo, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 5194/66, art. n.º 58 e n.º 69.

11.3 Se a empresa adjudicatária se recusar a assinar o Contrato ou deixar de fazê-lo no prazo acima mencionado, a Prefeitura de São Joaquim da Barra poderá optar pela convocação dos demais concorrentes, obedecendo sucessivamente a ordem de classificação, e, ainda, aplicar-lhe multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, observado o disposto no artigo 64 da Lei Federal n.º 8666/93 e ulteriores alterações.

11.4 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento, aceitos pela Prefeitura de São Joaquim da Barra, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

11.5 É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a **CONTRATADA** cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

11.6 Fica nomeado como Gestor do Contrato, a Senhora Marcela Bezerra de Castro, Assessora do Departamento Municipal de Infraestrutura – CPF/MF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

11.7O gestor do contrato deverá instruir o processo de contratação de obras e serviços de engenharia com as faturas e notas fiscais, os comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal (DOF), conforme Lei Municipal n.º 568/2015 ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais e o comprovante de cadastramento do fornecedor perante o CADMADEIRA.

11.8 O gestor do contrato deverá verificar a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, que deverá ser realizada de forma eletronicamente após as medições da execução do contrato.

**Cláusula Décima Segunda: Dos Materiais e Equipamentos**

12.1 A **CONTRATADA** deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.

12.2 A Prefeitura de São Joaquim da Barra se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a **CONTRATADA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização.

12.3 Quanto à qualidade, a **CONTRATADA** se obriga a utilizar na obra materiais aprovados pela fiscalização da Prefeitura de São Joaquim da Barra. Correrá por conta da **CONTRATADA** despesas relativas a laudos técnicos e ensaios de materiais a serem empregados na obra, os quais serão realizados em local determinado pela Prefeitura de São Joaquim da Barra.

12.4 A **CONTRATADA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese do previsto no item 12.2 deste Edital.

12.5 No caso de emprego dos produtos e subprodutos de madeira listada no artigo 2º, incisos I e II, do Decreto Municipal n.º 1130/2019 de 10/04/2019 a **CONTRATADA** deverá ser adquiri-los de pessoas jurídicas cadastradas no CADMADEIRA e ou que venham a adquirir de empresas que sejam cadastradas.

12.6 No caso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, os mesmos obrigatoriamente deverão ter procedência legal.

**Cláusula Décima Terceira: Do Recebimento Provisório e Definitivo**

13.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e o presente Edital, podendo, a Prefeitura de São Joaquim da Barra, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **CONTRATADA.** A obra somente será recebida definitivamente se estiver de acordo com as exigências previstas neste Edital, superando a fase de fiscalização.

13.2 Caso os serviços não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).

13.3 Ao término da obra, a **CONTRATADA** deverá comunicar a Prefeitura de São Joaquim da Barra, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma.

13.4 Em até 30 (trinta) dias corridos contados da comunicação, a Prefeitura de São Joaquim da Barra emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra ou atestará a sua qualidade e conformidade.

13.5 Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, a Prefeitura de São Joaquim da Barra receberá provisoriamente.

13.6 Apontando a necessidade de qualquer correção, a Prefeitura de São Joaquim da Barra assinalará prazo para a **CONTRATADA**, às suas expensas, providenciar o necessário para a perfeita adequação do objeto licitado, sendo que efetuadas as correções, a Prefeitura de São Joaquim da Barra receberá a obra provisoriamente. O descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s), implicará na aplicação da multa especificada no item 14.1 da Cláusula Décima Quarta deste Edital, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Prefeitura de São Joaquim da Barra.

13.7 A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seu recebimento provisório, prazo no qual a **CONTRATADA** fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação da Prefeitura de São Joaquim da Barra, na qual assinalará prazo para a realização dos serviços apontados.

13.8 O recebimento definitivo se dará pelo simples decurso do prazo previsto neste Edital, com exceção dos eventos abaixo:

13.8.1 Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação da Prefeitura de São Joaquim da Barra, no sentido de que a **CONTRATADA** deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça a correr tão logo a a Prefeitura de São Joaquim da Barra ateste a realização conforme do serviço apontado e exigido.

13.8.2 Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo a Prefeitura de São Joaquim da Barra ateste a realização conforme do objeto contratado.

13.9 A cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia executados, a **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá apresentar as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, acompanhadas de declaração de emprego apenas de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou no caso de uso de produtos ou subprodutos de origem nativa da flora brasileira, de que as aquisições foram efetuadas de pessoas jurídicas cadastradas no CADMADEIRA.

**Cláusula Décima Quarta: Das Penalidades**

14.1 Pelo atraso para o término da obra e/ou descumprimento dos demais prazos estipulados neste Edital, fica estipulada multa moratória no valor de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, calculado sobre o valor total do Contrato, com suas eventuais alterações e correções.

14.2 No caso de rescisão contratual em favor da Prefeitura de São Joaquim da Barra e de pleno direito, a **CONTRATADA**, cumulativamente com a multa moratória, fica obrigada ao pagamento da multa rescisória em qualquer hipótese, no valor de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor remanescente do Contrato, devidamente corrigido.

14.3 No caso de rescisão pela inexecução parcial do Contrato, a Prefeitura de São Joaquim da Barra pagará à **CONTRATADA,** os valores devidos pelo cumprimento parcial do mesmo, descontando-se multas e demais valores devidos à Prefeitura de São Joaquim da Barra.

14.4 As multas, moratória e rescisória, que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ou cobradas judicialmente quando, notificada, a **CONTRATADA** não efetuar o pagamento das mesmas no prazo fixado.

14.5 A aplicação das multas moratória e rescisória não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente certame, às quais, desde já, sujeita-se a **CONTRATADA**, como a cobrança de perdas e danos que a Prefeitura de São Joaquim da Barra venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total do Contrato.

14.6 Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data em que a obra deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **CONTRATADA**, valendo os dias já corridos.

14.7 Atingindo a multa moratória o patamar de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do Contrato, na forma do item 14.1, a Prefeitura de São Joaquim da Barra poderá, a qualquer momento e a seu juízo exclusivo, considerar rescindido de pleno direito o Contrato ou o instrumento equivalente, ficando, então, a **CONTRATADA**, obrigada ao pagamento do total aplicado a título de multa moratória que poderá, inclusive, ultrapassar o patamar dos 10% (dez por cento), até a data da rescisão.

14.8 A rescisão acarreta as conseqüências previstas no artigo 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.

**Cláusula Décima Quinta: Da Caução**

15.1 Será exigido da vencedora a prestação de garantia, que deverá ser apresentada junto ao Departamento competente da Prefeitura de São Joaquim da Barra/SP, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do ajuste, na forma de caução em dinheiro, fiança bancária, seguro garantia ou título de dívida pública, nos termos da cláusula oitava da minuta do contrato – Anexo II.

**Cláusula Décima Sexta: Das Disposições Gerais e Finais**

16.1 Nenhuma pessoa jurídica ou pessoa física poderá representar mais de um proponente na licitação.

16.2 Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados no Setor de Expediente da Prefeitura de São Joaquim da Barra, dentro do prazo legal, no horário compreendido das 12h00min às 16h30min dos dias de expediente, por representante legalmente constituído e identificado.

16.2.1. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas a Comissão Municipal de Licitação protocolizadas nos dias úteis, das 12:00h às 16h30min, no Setor de Expediente, na Praça Professor Ivo Vannuchi s/N.º – Bela Vista – nesta cidade, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal N.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal N.º 8.883/94 e seguintes.

16.2.2. Não serão admitidos recursos ou impugnações ao Edital por fac-símile, e-mail, ou qualquer outro meio de comunicação, salvo a forma prevista nos itens 16.2 e 16.2.1 deste Edital.

16.3 Não se admite, gerando a **inabilitação** da empresa licitante ou a **desclassificação** imediata do item e/ou proposta, conforme o caso:

16.3.1 Documentos e/ou propostas enviadas por fac-símile, e-mail ou fornecidos por outro meio de transmissão que não o previsto no Edital e que não assegure o seu sigilo, excetuadas as hipóteses de diligências da Comissão de Processamento e Julgamento de Licitações, nos termos do artigo 43, § 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

16.3.2 Previsão de simples abatimento de preços sobre os das demais empresas proponentes.

16.3.3 Preços manifestamente inexeqüíveis, **ou ainda com valor superior ao da planilha orçamentária**.

16.3.4 Propostas com entrelinhas ou rasuradas.

16.3.5 Envelopes (Documentos de Habilitação ou Proposta Comercial) que não estejam devidamente inviolados e/ou identificados.

16.3.6 **Desatendimento ao estabelecido no Edital.**

16.3.7 Toda e qualquer vantagem não prevista no Edital e oferecida pela licitante será desconsiderada, não surtindo qualquer efeito e não invalidando os demais termos da proposta. Considera-se vantagem qualquer oferta não prevista e não solicitada neste ato convocatório, como, por exemplo, condição

 de pagamento diversa, abatimentos ou descontos por um determinado volume contratado, oferecimento de brindes, etc.

16.4 Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim da Barra /SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

16.5 Eventuais dúvidas suscitadas quanto à interpretação deste Edital, serão resolvidas pela Comissão Municipal de Licitação, mediante consulta, a ser formulada por escrito e endereçada à Comissão Municipal de Licitação, protocolada no Setor de Expediente desta Prefeitura.

16.6 A posição adotada pela Comissão Municipal de Licitação, face à dúvida suscitada serão disponibilizados na página da Internet ***www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios,*** e vale para todos, como se parte integrante fosse deste Edital, sujeitando-os indistintamente.

16.7 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todos os licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

16.8 As notificações exigidas por Lei serão realizadas e-mail ou serão disponibilizados na página da Internet ***www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios*** ou publicadas na Imprensa Oficial.

16.9 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

16.10 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões do objeto, nos termos do Artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

São Joaquim da Barra (SP), 17 de maio de 2023.

|  |
| --- |
| **Dr. Wagner José Schmidt** |
| **Prefeito Municipal** |

### ESPECIFICAÇÕES GERAIS

1) Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais Especificações (Anexo I).



2) Minuta de Contrato (Anexo II).

3) Modelo de Carta de Apresentação (Anexo III).

4) Formulário de Proposta de Preços (Anexo IV).

1. Recibo de Retirada de Edital (Anexo V).
2. Declaração de Vistoria e Comparecimento (Anexo VI).

7) Declaração de Enquadramento na Lei Complementar N.º 123/2006 (Anexo VII).

8) Declaração de Compromisso de Aquisição de Produtos e Subprodutos e Madeira de Pessoa Jurídica Devidamente Cadastrada no CADMADEIRA (Anexo VIII).

9) Declaração de Inexistência de Parentesco.

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º ........../2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte, reuniram-se, de um lado a Prefeitura de São Joaquim da Barra, com sede na Praça Professor Ivo Vannuchi, Alto da Bela Vista, São Joaquim da Barra/SP, CEP: 14600-000, inscrito no CNPJ sob n.º 59.851.5430001-65, neste ato representada pelo Prefeito, Dr. Wagner José Schmidt, portador do R.G. n.º\_\_\_\_ e CPF n.º\_\_\_\_\_ e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com inscrição estadual n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada legalmente pelo seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG n.º e CPF n.º, partes doravante designadas simples e respectivamente da **Prefeitura de São Joaquim da Barra e CONTRATADA**, que, de comum acordo resolveram, observadas as disposições legais contidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas ulteriores alterações, firmarem o presente Instrumento, conforme previsto na Cláusula Primeira e seguintes:

**Cláusula Primeira: Do Objeto**

* 1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA E COM REGISTRO NO (CREA/CAU) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA PILOTO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, SITUADA A RUA MARANHÃO, N° 2064 – BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DIREÇÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO DE TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E AS DEMAIS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

1.1.2 A execução dos serviços será feita sob regime de empreitada por preço global.

1.2 **Das Exigências Técnicas**

1.2.1 A **CONTRATADA** deverá executar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

1.2.2 A Prefeitura de São Joaquim da Barra se reserva o direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a **CONTRATADA**, integralmente, pelo custo de suas substituições tantas vezes quantas necessárias forem, apontadas pela fiscalização da Prefeitura de São Joaquim da Barra.

1.2.3 A **CONTRATADA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, apurados na hipótese da incidência do previsto no item 1.2.2 deste Contrato.

1.3 **Do Prazo de Garantia**

1.3.1 **A CONTRATADA**, obriga-se a dar pela obra, prazo de garantia de .......... (..........) .........., contados a partir da data do recebimento definitivo da mesma pela Prefeitura de São Joaquim da Barra**.**

1.4 **Da Vigência do Contrato**

1.4.1 O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Cláusula Segunda: Dos Preços, da Condição e Forma de Pagamento, da Recomposição dos Preços**

2.1 Pagará, a Prefeitura de São Joaquim da Barra, à **CONTRATADA**, pelo serviço relacionado na Cláusula Primeira, o valor total de R$ ( ).

2.2 Nos valor acima estão embutidos transporte, carga e descarga, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas que possam vir agravá-lo, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a quitação destes.

2.3 A Prefeitura de São Joaquim da Barra efetuará pagamento, **seguindo os prazos constante no Cronograma Físico-Financeiro,** após a apresentação/aprovação da medição e em conformidade com o disposto abaixo:

2.3.1 As medições deverão ser apresentadas, **seguindo os prazos constante no Cronograma Físico-Financeiro**, e abrangerá o que foi executado no período anterior.

2.3.2 Constará na planilha, a medição físico-financeira dos serviços executados no período, porém os pagamentos **não estarão vinculados ao valor financeiro das medições e sim ao disposto no item 2.3, razão pela qual o licitante não poderá medir serviços que importem em valor inferior ao da parcela constante no cronograma.**

2.3.4 Para a realização do pagamento, é indispensável que a **CONTRATADA** apresente comprovante de regularidade junto ao INSS relativo aos empregados que executaram o serviço medido.

2.4 A **CONTRATADA** deverá endereçar a medição à Prefeitura de São Joaquim da Barra e protocolá-la junto ao Departamento Municipal de Infraestrutura, sito a Praça Professor Ivo Vannuchi s/n - São Joaquim da Barra/SP, CEP: 14600-000.

2.5 A Prefeitura de São Joaquim da Barra analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a **CONTRATADA** a emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços aprovados.

2.6 A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetuados e aprovados e, encaminhá-la para aceite no Departamento Municipal de Infraestrutura, após à Divisão Financeira da Prefeitura de São Joaquim da Barra.

2.6.1 **A empresa vencedora deverá obrigatoriamente emitir NF-E – nota fiscal eletrônica, para contratação com administração pública municipal, conforme dispõe as portarias cat 162/2008, cat 173/2009 e cat 184/2010.**

2.7 **A Prefeitura de São Joaquim da Barra efetuará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura apresentada, em 10 (dez) dias após o protocolamento da mesma, nos termos previstos nesta cláusula.**

2.8 **Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar seguintes comprovantes:**

**a) Prova do recolhimento mensal do FGTS**, por meio das **guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP**, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (**CONTRATANTE**), da seguinte forma:

**a.1)** Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela **Conectividade Social**;

**a.2) Guia de Recolhimento do FGTS - GRF**, gerada e impressa pelo **SEFIP**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

**a.3) Relação dos Trabalhadores** Constantes do Arquivo SEFIP - RE;

**a.4) Relação de Tomadores/Serviços/Obras** – RET;

**a.5)** Caso, por ocasião da **apresentação da nota fiscal/fatura**, **não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior**, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

**b)** Prova de recolhimento do **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN,** devido no Município no qual a prestação do serviço for realizada, em consonância com as disposições contidas na **Lei Complementar n.º 116, de 31.07.03**.

**c) Cópia da folha de pagamento** específica para os serviços realizados sob este contrato, identificando o número do contrato, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

**c.1)** Nomes dos segurados;

**c.2)** Cargo ou função;

**c.3)** Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;

**c.4)** Descontos legais;

**c.5)** Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;

**c.6)** Totalização por rubrica e geral;

**c.7)** Resumo geral consolidado da folha de pagamento.

**d) Demonstrativo mensal** assinado por seu representante legal, com as seguintes informações:

**d.1)** Nome e CNPJ do **CONTRATANTE**;

**d.2)** Data de emissão do documento de cobrança;

**d.3)** Número do documento de cobrança;

**d.4)** Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança;

**d.5)** Totalização dos valores e sua consolidação.

**e) Comprovantes de pagamento dos salários concernentes ao período que a prestação dos serviços** se refere com a apresentação de um dos seguintes documentos:

**e.1) Comprovante de depósito** em conta bancária do empregado; ou

**e.2) Comprovante de pagamento** a cada empregado ou recibo de cada um deles, contendo a identificação da empresa, a importância paga, os descontos efetuados, mês de referência, data de pagamento/recebimento e assinatura do funcionário.

2.8.1 Havendo retenção, a **CONTRATADA** deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento à Prefeitura de São Joaquim da Barra, para fins de devolução da quantia retida.

2.8.2Se a **CONTRATADA** não apresentar os comprovantes referidos nos itens 2.3.4 e 2.8 no prazo fixado, a Prefeitura de São Joaquim da Barra poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

2.8.2.1 Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados.

2.8.2.2 Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da **CONTRATADA.**

2.9 Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade quanto à Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas.

2.10 A falta de apresentação dos documentos atualizados, mencionados no ítem 2.9, implicará na suspensão do(s) pagamento(s) até a devida regularizacão dos mesmos por parte da **CONTRATADA.**

2.11 Não haverá atualização monetária nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, nos termos do previsto no item 2.10.

2.12 No caso de emprego dos produtos e subprodutos de madeira listada no artigo 2º, incisos I e II, do Decreto Municipal n.º 1130/2019 de 10/04/2019, a autorização do pagamento referente ao objeto da contratação da licitação será condicionada à apresentação, análise e aprovação de documentos comprobatórios de origem de produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, adquiridos para serem empregados nas obras.

2.13 Inexiste a hipótese de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei n.º 8.880/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o Artigo 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Cláusula Terceira: Do Prazo de Execução, Do Recebimento Provisório e Definitivo**

3.1 **A OBRA deverá ser concluída, seguindo os prazos constantes no Cronograma Físico-Financeiro constante no Anexo I do Edital. A contagem dos prazos para execução dos serviços dar-se-á a partir**  da emissão da Ordem de Serviço efetuada pela **Prefeitura de São Joaquim da Barra**, que será realizada após assinatura do Contrato. A ordem de serviço será emitida pelo Departamento Municipal de Infraestrutura, órgão fiscalizador dos serviços e responsável pela gestão do contrato.

3.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e a **TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**, a Prefeitura de São Joaquim da Barra, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de todas as provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **CONTRATADA**. Os serviços somente serão recebidos definitivamente se estiverem de acordo com as exigências previstas neste Contrato, superando a fase de fiscalização.

3.3 Caso os serviços não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanada(s) a(s) irregularidade(s).

3.4 Ao término da obra, a **CONTRATADA** deverá comunicar a Prefeitura de São Joaquim da Barra, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma.

3.5 Em até 30 (trinta) dias corridos contados da comunicação, a Prefeitura de São Joaquim da Barra emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra ou atestará a sua qualidade e conformidade.

3.6 Atestando a quantidade e conformidade da execução da obra, a Prefeitura de São Joaquim da Barra receberá provisoriamente.

3.7 Apontando a necessidade de qualquer correção, a Prefeitura de São Joaquim da Barra assinalará prazo para a **CONTRATADA**, às suas expensas, providenciar o necessário para a perfeita adequação do objeto contratado, sendo que efetuadas as correções, a Prefeitura de São Joaquim da Barra receberá a obra provisoriamente. O descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s), implicará na aplicação da multa especificada no item 7.1 da Cláusula Sétima deste Contrato, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Prefeitura de São Joaquim da Barra.

3.8 A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seu recebimento provisório, prazo no qual a **CONTRATADA** fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação da Prefeitura de São Joaquim da Barra na qual assinalará prazo para a realização dos serviços apontados.

3.9 O recebimento definitivo se dará pelo simples decurso do prazo previsto neste Contrato, com exceção dos eventos abaixo:

3.9.1 Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação da Prefeitura de São Joaquim da Barra no sentido de que a **CONTRATADA** deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado, sendo que o prazo começa a correr tão logo a Prefeitura de São Joaquim da Barra ateste a realização conforme do serviço apontado e exigido.

3.9.2 Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo a Prefeitura de São Joaquim da Barra ateste a realização conforme do objeto contratado.

3.10 A cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia executados, a A **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá apresentar as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, acompanhadas de declaração de emprego apenas de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou no caso de uso de produtos ou subprodutos de origem nativa da flora brasileira, de que as aquisições foram efetuadas de pessoas jurídicas cadastradas no CADMADEIRA.

**Cláusula Quarta: Dos Materiais e Equipamentos**

4.1 A **CONTRATADA** deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente, pela manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.

4.2 A Prefeitura de São Joaquim da Barra se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a **CONTRATADA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da Prefeitura de São Joaquim da Barra.

4.3 Quanto à qualidade, a **CONTRATADA** se obriga a utilizar na obra materiais aprovados pela fiscalização da Prefeitura de São Joaquim da Barra. Correrá por conta da **CONTRATADA,** as despesas relativas a laudos técnicos e exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, os quais serão realizados em local determinado pela Prefeitura de São Joaquim da Barra.

4.4 A **CONTRATADA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese de incidência do previsto no item 4.2 deste Contrato.

4.5 No caso de emprego dos produtos e subprodutos de madeira listada no artigo 2º, incisos I e II, do Decreto Municipal n.º 1130/2019 de 10/04/2019 a **CONTRATADA** deverá ser adquiri-los de pessoas jurídicas cadastradas no CADMADEIRA e ou que venham a adquirir de empresas que sejam cadastradas.

4.6 No caso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, os mesmos obrigatoriamente deverão ter procedência legal.

**Cláusula Quinta: Da Fiscalização e da Responsabilidade Civil**

5.1 Após a assinatura do Contrato e antes do início da obra, será realizada uma reunião com a **CONTRATADA** e a Prefeitura de São Joaquim da Barra, para discussão e esclarecimentos do projeto, bem como definição dos moldes construtivos e de fiscalização, sendo elaborado o “Diário de Obra”, onde será feito o registro diário do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações pertinentes, que deverão ser protocolados na Prefeitura de São Joaquim da Barra todo dia seguinte a execução do serviço.

5.2 **A fiscalização da obra e gestão do contrato** ficarão sob a responsabilidade da Senhora Marcela Bezerra de Castro, Assessora do Departamento Municipal de Infraestrutura – CPF/MF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; que manterá o acompanhamento da obra de forma permanente, sendo que esta fiscalização não exime a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade pela obra.

5.3 O profissional indicado pela **CONTRATADA**, deverá ser engenheiro, com comprovação perante a entidade competente, e deverá participar da execução, fiscalização e acompanhamento da obra, admitindo-se sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura de São Joaquim da Barra.

5.4 O acompanhamento da obra pelo profissional da empresa será registrado no Díario da Obra, o qual será fiscalizado pela Prefeitura.

5.5 A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto à Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos conseqüentes da inobservância das leis ou prática de ato considerado ilícito.

5.6 A Prefeitura de São Joaquim da Barra se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a **CONTRATADA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da Prefeitura de São Joaquim da Barra.

5.7 A **CONTRATADA** se responsabilizará por todas as despesas decorrentes de eventuais danos causados por acidentes de qualquer natureza, aos veículos e/ou bens da Contratante e/ou de terceiros, bem como danos pessoais à e ou terceiros.

5.8 A **CONTRATADA** deverá no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato, providenciar cadastro de Inscrição CEI da obra na agência da RECEITA FEDERAL de São Joaquim da Barra, como condição para liberação do pagamento dos serviços e este cadastro deve ser fiscalizado e acompanhado pelo Gestor do Contrato.

5.9 O recebimento pela Prefeitura de São Joaquim da Barra, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no código de

Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

5.10.O gestor do contrato deverá instruir o processo de contratação de obras e serviços de engenharia com as faturas e notas fiscais, os comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal (DOF), conforme Lei Municipal n.º 568/2015 ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais e o comprovante de cadastramento do fornecedor perante o CADMADEIRA.

5.11 O gestor do contrato deverá verificar a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, que deverá ser realizada de forma eletronicamente após as medições da execução do contrato.

**Cláusula Sexta: Da Rescisão Contratual**

6.1 A rescisão contratual, em favor da Prefeitura de São Joaquim da Barra, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

6.2 A rescisão contratual, em favor da **CONTRATADA**, terá lugar de pleno direito, após regular notificação à Prefeitura de São Joaquim da Barra e com prazo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência e desde que persistam os fatos geradores de notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

6.2.1 A supressão, pela Prefeitura de São Joaquim da Barra, de itens unitários que acarrete modificação do valor inicial do Contrato, além do limite permitido no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

6.2.2 A suspensão da execução do Contrato por ordem escrita pela Prefeitura de São Joaquim da Barra, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

6.2.3 Por repetidas suspensões, através de ordens escritas emitidas pelas Prefeitura de São Joaquim da Barra, que totalizem o prazo superior a 240 (duzentos e quarenta) dias, não se computando, para tanto, aquelas suspensões cujas causas determinantes hajam decorrido de casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

6.3 A rescisão contratual poderá ainda, ocorrer de pleno acordo entre as partes em razão de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, hipóteses em que as partes se comporão quanto à eventuais indenizações devidas reciprocamente, a qualquer título que seja, sendo-lhes lícito isentarem-se mutuamente.

**Cláusula Sétima: Das Penalidades**

7.1 Pelo atraso para o término da obra e/ou descumprimento dos demais prazos deste Contrato, fica estipulada multa moratória no valor de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, calculado sobre o valor total do Contrato, com suas eventuais alterações e correções.

7.2 No caso de rescisão contratual em favor da Prefeitura de São Joaquim da Barra e de pleno direito, a **CONTRATADA**, cumulativamente com a multa moratória, fica obrigada ao pagamento da multa rescisória em qualquer hipótese, no valor de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor remanescente do Contrato, devidamente corrigido.

7.3 No caso de rescisão pela inexecução parcial do Contrato, a Prefeitura de São Joaquim da Barra pagará à **CONTRATADA** os valores devidos pelo cumprimento parcial do mesmo, descontando-se multas e demais valores devidos a Prefeitura de São Joaquim da Barra.

7.4 As multas, moratória e rescisória, que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobradas judicialmente quando, notificada, a **CONTRATADA** não efetuar o pagamento das mesmas no prazo fixado.

7.5 A aplicação das multas, moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, sujeitam-se a **CONTRATADA**, bem como a cobrança de perdas e danos que a Prefeitura de São Joaquim da Barra venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total do Contrato.

7.6 Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data em que a obra deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **CONTRATADA**, valendo os dias já corridos.

7.7 Atingindo a multa moratória, o patamar de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do Contrato, na forma do item 7.1, a Prefeitura de São Joaquim da Barra poderá, a qualquer momento e a seu juízo exclusivo, considerar rescindido de pleno direito o Contrato ou o instrumento equivalente, ficando, então, a **CONTRATADA**, obrigada ao pagamento do total aplicado a título de multa moratória que poderá, inclusive, ultrapassar o patamar dos 10% (dez por cento), até a data da rescisão.

7.8 A rescisão acarreta as conseqüências previstas no artigo 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.

7.9 Penalidades a que se sujeita a Prefeitura de São Joaquim da Barra:

7.9.1 Sujeita-se, a Prefeitura de São Joaquim da Barra, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

**Cláusula Oitava: Da Caução**

8.1 A CONTRATADA, deverá prestar caução de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, **em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do Contrato**, que tem a finalidade de garantir o fiel cumprimento do contrato e o eventual pagamento das multas e indenizações, nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93 (a **não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato**, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas).

8.2 A caução somente será liberada após o término e cumprimento do contrato, se não houver incidentes que justifiquem a sua retenção ou que impeçam a sua liberação, nos termos nele previstos.

8.3 A CONTRATANTE deverá manter a caução sempre atualizada e correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.4 Os pagamentos dos serviços não serão liberados se a caução não houver sido prestada ou estiver incompleta ou desatualizada.

**Cláusula Nona: Das Disposições Finais**

9.1 As despesas decorrentes deste Contrato serão suportadas pela **Dotação Orçamentária:**

**02.03.05 CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**12.306.0008.1104.0000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / USINA**

**4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES**

**FONTE DE RECURSO: 09513**

9.2 Fazem parte integrante deste Contrato, como se transcrito estivessem literalmente, o Edital da **TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023 – Prefeitura de São Joaquim da Barra e a Proposta da** **CONTRATADA**, com todos os seus anexos.

9.3 Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

9.4 Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de São Joaquim da Barra como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste Contrato, do Edital ou da Proposta da **CONTRATADA.**

9.5 É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a **CONTRATADA** cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

9.6 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões do objeto, nos termos do Artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

E, por estarem desta forma de pleno acordo entre si, assinam as partes o presente Contrato que vai lavrado em 05 (cinco) vias de igual teor e validade, na presença das testemunhas abaixo qualificadas e assinadas.

 São Joaquim da Barra, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

Prefeitura de São Joaquim da Barra

Dr. Wagner José Schmidt

Prefeito

Contratante

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome da Empresa

Nome Representante Legal

R.G.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Contratada

TESTEMUNHAS

##### \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF N.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF/MF N.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(\*\*) MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

(CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA /SP

CONTRATADA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA E COM REGISTRO NO (CREA/CAU) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA PILOTO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, SITUADA A RUA MARANHÃO, N° 2064 – BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DIREÇÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO DE TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E AS DEMAIS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE / ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail Institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail Institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail Institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Preencher em papel timbrado da empresa

À Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura de São Joaquim da Barra

Referente: **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023 – Prefeitura de São Joaquim da Barra.**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023 – Prefeitura de São Joaquim da Barra.**

Prezados Senhores:

 Na qualidade de responsável legal por nossa Empresa, credenciamos o senhor .............................., portador da carteira de identidade RG. n.º .............................. e do CPF n.º .............................., para nos representar na licitação em referência, conferindo ao mesmo ilimitados poderes para assinar quaisquer documentos relacionados com a licitação.

Dados para a elaboração do eventual Contrato:

**Da empresa:**

Razão Social:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Fax:

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

local e data

carimbo da empresa

Nome, CPF e assinatura do responsável legal

**ANEXO IV**

**FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023**

**Nome da Proponente:**

**Endereço:**

**Cidade: Estado:**

**Telefone: Fax:**

**CNPJ: Inscrição Estadual:**

**Banco: Conta Corrente:**

**Agência: Cidade:**

**Objeto:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA E COM REGISTRO NO (CREA/CAU) PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA PILOTO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, SITUADA A RUA MARANHÃO, N° 2064 – BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DIREÇÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO DE TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E AS DEMAIS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

**Demais condições:**

**Preço**

**R$:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

* Declaração de que os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;
* Declaramos expressamente de que nos obrigamos e se comprometemos a executar eventuais serviços da obra não constantes deste Edital e seus anexos, mas inerentes à natureza dos serviços contratados, bem como às supressões resultantes de acordo, celebrado entre a licitante e a Administração, nos termos do disposto no parágrafo 3º, artigo 65 da Lei Federal n.º. 8666/93 e suas alterações.
* Declaramos expressamente de que nos obrigamos e se comprometemos, caso sejamos vencedores, a dar pela obra prazo de **Garantia de 05 (cinco) anos**, contado do recebimento definitivo da mesma pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.
* As propostas oferecidas serão tidas como válidas por **60 (sessenta)** dias, contados da data de sua efetiva entrega.
* **A OBRA deverá ser concluída, seguindo os prazos constantes no Cronograma Físico-Financeiro constante no Anexo I do Edital. A contagem dos prazos para execução dos serviços dar-se-á a partir**  da emissão da Ordem de Serviço efetuada pela **Prefeitura de São Joaquim da Barra**, que será realizada após assinatura do Contrato.

.............................................................

Assinatura

Nome Completo:............................................................................................................

RG:............................................................CPF:............................................................

Data:................/....................../2023.

Dados do responsável pela empresa para assinatura de eventual Contrato:

Nome:

Nacionalidade: Estado civil:

Profissão:

Residência e domicílio:

Cidade: Estado:

C.P.F.: R.G.:

**OBSERVAÇÃO:**

**A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO CONTENDO TODOS OS VALORES DE FORMA CLARA E DETALHADA, NOS MOLDES DISPONIBILIZADOS PELA PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (ANEXO I).**

**ANEXO V**

**RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023**

Senhor Licitante,

Visando a comunicações futuras entre a Prefeitura de São Joaquim da Barra e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do edital:

|  |
| --- |
| Razão Social:  |
| CNPJ:  |
| Endereço:  |
| e-mail:  |
| Cidade:  | Estado:  |
| Telefone:  | Fax:  |
| Pessoa para contato:  |

|  |
| --- |
| Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima indicada, bem como de seus anexos.Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura |

O não preenchimento do recibo exime o Setor de Licitação e Despesas, da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**ANEXO VI**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0653/2023**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA E COMPARECIMENTO**

Declaro que a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado(a) pelo(a) Senhor(a), abaixo(s) relacionado(s), compareceu(ram) às \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_horas, do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2023, aos locais de execução dos serviços de que trata a Tomada de Preços N.º 016/2023, para vistoria *in loco*, bem como, obter as informações que entendeu(ram) necessárias para o perfeito conhecimento do objeto da licitação em tela.

Por ser a expressão da verdade, subscrevemos a presente DECLARAÇÃO DE VISTORIA E COMPARECIMENTO.

1- Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Doc. Ident. N.º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 SÃO JOAQUIM DA BARRA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra (SP)

Responsável

**(Anexar no “Envelope n.º 01 - Documentos de Habilitação”)**

(se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ N.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

**ANEXO VII**

**Declaração de Enquadramento na lei complementar n.º 123/2006**

A

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

PRAÇA PROFESSOR IVO VANNUCHI S/N.º

SÃO JOAQUIM DA BARRA – SP.

**TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023**

A empresa..................., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o N.º .........................., inscrição estadual N.º ..........................., com sede ....... (endereço completo), no Município de............................., representada pelo seu ............. (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), ........... (nacionalidade), ............... (estado civil), ................ (profissão), portador do RG. N.º .................... e do CPF. N.º ....................., residente e domiciliado na ..................(endereço completo), na cidade de ........................., atendendo as formalidades constantes do **Edital Completo da Tomada de Preços N.º 016/2023**, da Prefeitura de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, **DECLARA**, sob as penas da Lei e em conformidade ao disposto pela Lei Complementar n.º 123/2006 que cumpre plenamente os seguintes requisitos:

1. Cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou (como empresa de pequeno porte (EPP);
2. O valor da receita bruta anual do último exercício não excedeu ao limite legal fixado para categoria de microempresa ou (como empresa de pequeno porte (EPP);
3. Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no § 4.º do art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006;

Por ser verdade, dato e assino o presente

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

**(Observação: Esta declaração deverá ser entregue juntamente com o credenciamento)**

(se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ N.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE PESSOA JURÍDICA DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CADMADEIRA.**

A

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

PRAÇA PROFESSOR IVO VANNUCHI S/N.º

À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

SÃO JOAQUIM DA BARRA – SP.

Ref.: Tomada de Preços N.º 016/2023

A empresa..................., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o N.º .........................., inscrição estadual N.º ..........................., com sede ....... (endereço completo), no Município de............................., representada pelo seu ............. (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), ........... (nacionalidade), ............... (estado civil), ................ (profissão), portador do RG. N.º .................... e do CPF. N.º ....................., residente e domiciliado na ..................(endereço completo), na cidade de ........................., atendendo as formalidades constantes do **Edital Completo da Tomada de Preços N.º 016/2023**, da Prefeitura de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **se necessário a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 2º do Decreto Municipal n.º 1130 de 10/04/2019, DECLARO de que sua aquisição será de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA**.

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

**(Anexar no “Envelope n.º 01 - Documentos de Habilitação”)**

(se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ N.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

A

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

PRAÇA PROFESSOR IVO VANNUCHI S/N.º

À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

SÃO JOAQUIM DA BARRA – SP.

Ref.: Tomada de Preços N.º 016/2023

A empresa..................., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o N.º .........................., inscrição estadual N.º ..........................., com sede ....... (endereço completo), no Município de............................., representada pelo seu ............. (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), ........... (nacionalidade), ............... (estado civil), ................ (profissão), portador do RG. N.º .................... e do CPF. N.º ....................., residente e domiciliado na ..................(endereço completo), na cidade de ........................., atendendo as formalidades constantes do **Edital Completo da Tomada de Preços N.º 016/2023**, da Prefeitura de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, **DECLARA,** sob as penas da lei, para fins da Tomada de Preços nº 016/2023, a inexistência no quadro da empresa, de sócios com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores do Município, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP, nos cargos de direção, chefia e assessoramento ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

**DECLARA,** ainda, que não existe grau de parentesco em linha reta ou colateral até o terceiro grau com sócio de outra empresa licitante do mesmo certame.

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

**(DEVERÁ SER APRESENTADO EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS, SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA)**